



A Lei Aldir Blanc e as articulações de agentes culturais em tempos de pandemia

Carolina de Almeida Santos Cidade, Elis de Araújo Miranda

O estado de calamidade pública que o Brasil atingiu em 2020, após a eclosão da Pandemia de COVID-19 em março do mesmo ano, provocou o fechamento de espaços culturais e o cancelamento de shows, peças de teatros, eventos circenses e outras formas de ações artísticas e culturais, deixando trabalhadores da cultura e das artes sem recursos básicos. Este evento provocou uma articulação em escala nacional de artistas, produtores e representantes do setor público até conseguirem a aprovação da lei 14.107, a Lei Aldir Blanc (IAB), em caráter emergencial, aprovada em junho do mesmo ano. No primeiro momento, foram destinados três bilhões de reais para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, pelos Poderes Executivos locais, que definiram de forma autônoma como seria a distribuição do recurso, atendendo a modalidades previstas. Nesse contexto, a organização dos Conselhos Municipais de Cultura demonstrou ser de suma importância, especialmente no que tange a garantia de acesso à verba emergencial para o maior número possível de artistas e agentes culturais. Os estudos culturais de um território são fundamentais para o entendimento das relações socioespaciais e relações de poder. Este trabalho objetiva compreender a articulação das redes sociotécnicas para aprovação da lei Aldir Blanc entre 2020 e 2021, a partir da problematização dos municípios que não receberam a verba no estado do Rio de Janeiro. Para isso, buscar-se-á investigar como a Política Cultural atuante entre 2003 e 2017 refletiu na organização dos agentes culturais locais em escala municipal. Supõe-se aqui que os municípios já cadastrados do Sistema Nacional de Cultura (SNC) ou aqueles com conselhos municipais de cultura previamente articulados, encontraram menor dificuldade no processo de cadastramento para a aplicação da lei e o consequente acesso e distribuição da verba emergencial. Dessa forma, foi realizado levantamento bibliográfico e documental na temática das políticas culturais, além do acompanhamento das conferências nacionais e estaduais de cultura, todas realizadas de forma remota, demonstrando o impacto do uso das ferramentas sóciotécnicas na articulação dos atores do setor cultural e formação de políticas. É nesse contexto que as redes sociotécnicas surgem como a conceituação que dá embasamento à análise pretendida aqui. Nesse sentido, buscar entender as ações culturais bem como suas funcionalidades no contexto de cada estrutura social urbana e como a organização política de um território se desdobra na possibilidade de compreensão da sociedade como um todo integrado, desarticulado, mas correlacionado com o desenvolvimento regional.

*Universidade Federal Fluminense
Bolsa CAPES – Demanda Social*